


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000923-33.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Kauã Vilas Boas**  
 Requerido: **Leandro Aparecido Vilas Boas**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

**Kauã Vilas Boas**, menor impúbere, representado por sua genitora *Deise Sanson*, ajuizou ação de reparação por dano moral em face de **Leandro Aparecido Vilas Boas**, aduzindo, em síntese, que no dia 22 de junho de 2016 o requerido, pai do menor, foi até a residência deste buscá-lo para exercer o seu direito de visitas. Sustenta, contudo, que ante o desinteresse do menor em acompanhar seu genitor, foi agredido verbal e fisicamente, sendo forçado a seguir com o requerido. Postulou pela procedência do pedido, condenando o réu ao pagamento a título de reparação por dano moral o equivalente a 15 salários mínimos. Juntou documentos às fls. 05/15.

Designou-se audiência de conciliação (fl. 16), que restou prejudicada ante a ausência do requerido (fl. 27).

Citado (fl. 31), o requerido apresentou resposta contrapondo as alegações narradas na inicial e pugnando pela improcedência da ação (fl. 35/38).

Houve réplica (fl. 48).

Instadas à especificação de provas (fl. 53), autor postulou pela produção de prova testemunhal (fl. 56). Não houve manifestação do requerido (fl. 58).

O feito foi saneado (fl. 61), designando-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Em audiência, encerrada a instrução processual, concedeu-se às partes o prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais (fl. 66), contudo, as partes não atenderam ao comando judicial (fl. 71).

Manifestação ministerial às fls. 81/83, opinando pela improcedência do pedido.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

O pedido é improcedente.

No caso em tela, depreende-se das narrativas que o genitor foi buscar o filho para exercer seu direito de visita e, devido à resistência deste, com o apoio da mãe e avó, foi ainda mais afastado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Inicialmente, observo que os fatos narrados na inicial não foram claramente demonstrados, eis que há divergência de datas, conforme se extrai da inicial, laudo de fl. 14/15 e contestação.

Além disso, a genitora, sabendo da ocorrência das visitas, sem motivos plausíveis que justificassem a não realização, deveria viabilizá-la da maneira mais sadia à criança. Mas, ao invés de conduzir pacificamente a situação, ao que parece, a genitora apoiou as resistências infundadas que contribuíram para o fato desagradável ao desenvolvimento do menor.

Não obstante o ato mais severo praticado pelo pai, não se vislumbra, conforme parecer do Ministério Público, ofensa aos direitos da personalidade aptos à configuração de dano moral indenizável. Isso porque, para que haja reparação por dano moral, é necessário que se demonstre de forma cabal que o ato tido como causador de dano tenha ultrapassado a esfera do razoável de tal maneira que atinja direitos da personalidade.

Nessa linha, a jurisprudência:

*O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar de dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige. Recurso especial não conhecido (STJ 4º T- REsp. 403.919 - Rel. Cesar Asfor Rocha - j. 15.05.2003 - RSTJ 171/351).*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE o pedido**. Arcará a autora com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios fixados em 10% do valor atualizado da causa, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, intime-se o recorrido para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

Se o caso, expeça(m)-se certidão(ões) de honorários ao(s) advogado(s) nomeado(s), nos termos do Convênio OAB/DPE-SP

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 05 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**